

CORPUS ELECTRÓNICO DO CELGA
– PORTUGUÊS DO PERÍODO CLÁSSICO –
(CEC– PPC)

RELAÇÃO
DE TUDO O QUE PASSOU NA FELICE ACLAMAÇÃO
DO MUI ALTO E MUI PODEROSO REI DOM JOÃO O IV

EDIÇÃO CRÍTICO-INTERPRETATIVA
POR
EVELINA VERDELHO

CENTRO DE ESTUDOS DE LINGUÍSTICA GERAL E APLICADA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2007

NOTAS PRÉVIAS

- *Texto-base*: lição da 1.^a edição de Lisboa, Oficina de Lourenço de Anveres, s. d. [1641].
O estabelecimento do texto e a transcrição foram efectuados sobre exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, com a cota V.T. 16-9-6.
- Ao transcrever-se o texto, adoptou-se um critério actualizador da (orto)grafia do texto-base, preservando, no entanto, tanto quanto possível, o seu valor documental em relação à língua portuguesa do século XVII.
- Foram efectuadas as seguintes intervenções actualizadoras:
 - substituição de <&> por <e>;
 - transcrição de <y> por <i>;
 - transcrição de <u> por <v>, quando tem valor consonântico, e de <v> por <u>, quando tem valor vocálico;
 - transcrição de <e> por <i> e de <o> por <u>, em terminações onde os grafismos originais <ae>, <eo> e <io> representam, respectivamente, os ditongos [áy], [êw] ou [êw] e [iw];
 - actualização dos grafismos usados a representar ditongos nasais, nomeadamente dos grafismos que representam o ditongo [ãw], em terminações de formas verbais;
 - actualização do emprego de <g> e <j>, de <h>, de <m> e <n> e do til, designadamente quando este sinal está em vez daqueles dois grafismos;
 - actualização do emprego dos grafismos usados a representar sibilantes;
 - substituição das consoantes duplas pelas simples correspondentes, nos casos em que as primeiras não desempenham representação fónica distinta das segundas.
- Desdobraram-se as abreviaturas, e usaram-se as maiúsculas, os sinais de pontuação, a acentuação, o hífen e o apóstrofo, em conformidade com as normas ortográficas actuais. Abriam-se novos parágrafos.
- Corrigiram-se as falhas tipográficas detectadas, assinalando com itálico o lugar corrigido com inscrição do sinal • .
- Tendo-se procedido ao confronto de vários exemplares da 1.^a edição, detectou-se uma forma variante que vai também assinalada, com chamada para nota de fundo de página.
- Atribuiu-se numeração às páginas do texto editado, tomando como referência a da edição seiscentista. A numeração foi inscrita entre parênteses rectos, no início de cada página. É antecedida da sigla do título do texto, RA.
- Esta nova edição foi publicada pela primeira vez na *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, vol. XXI, 1996-1997, pp. 359-419 (fez-se separata). Foi acompanhada de elementos de estudo do enquadramento textual desta relação, das suas autoria e linguagem. Apresentaram-se então explicações mais desenvolvidas sobre o trabalho ecdótico, sobretudo pp. 392-393 (na separata, pp. 36-35).

RELAÇÃO
DE TUDO O QUE PASSOU
NA FELICE ACLAMAÇÃO
DO MUI ALTO E MUI PODEROSO
REI DOM JOÃO O IV, NOSSO SENHOR
CUJA MONARQUIA PROSPERE DEUS
POR LARGOS ANOS

DEDICADA AOS FIDALGOS DE PORTUGAL

Com todas licenças necessárias

Em Lisboa, à custa de Lourenço de Anveres
e na sua Oficina

[RA1] RELAÇÃO
DE TUDO O QUE PASSOU
NA FELICE ACLAMAÇÃO
DO MUI ALTO E MUI PODEROSO
REI DOM JOÃO O IV, NOSSO SENHOR
cuja monarquia prospere Deus
por largos anos

Em Novembro do ano de 1638 veio o Senhor D. Duarte de Alemanha a esta cidade de Lisboa, e enquanto se chegava a hora de tornar-se outra vez a continuar as guerras, em que havia tantos anos que ajudava ao Emperador, foi aposentado por D. Francisco de Faro, na quinta de seu sogro Francisco Soares. E como se ocultou às visitas, nenhum fidalgo houve que lhe pudesse falar. Porém D. António Mascarenhas, tanto que soube de sua chegada – levado do grande amor com que venerava a sereníssima Casa de Bragança, e do zelo da Pátria em que desde seus primeiros anos procurou sempre imitar a seu pai, D. Nuno Mascarenhas – fez muitas diligências pelo ver, e alcançada a licença, lhe deu conta das insofríveis calamidades que este reino padecia.

Procurou persuadi-lo a que não se fosse para Alemanha em tempo que o seu valor devia empregar-se em conseguir a liberdade da Pátria, e restituir ao duque seu irmão o cetro que por tantos títulos lhe era devido. Assegurou-lhe que a Nobreza de Portugal estava descontente, e nomeou-lhe alguns fidalgos que de todo coração – como verdadeiros portugueses – se haviam deliberado a [RA2] sacudir o jugo de Castela, fundando a esperança de tão heróica empresa no amparo da excelsa Casa de Bragança. Lembrou-lhe que este amor e este zelo herdara de seus maiores, pois já seu pai, D. Nuno Mascarenhas, fora a Vila Viçosa – no ano de 1617 em que ao porto de Lisboa veio a frota de Índias – só com ânimo de persuadir ao duque D. Teodósio, pai de sua Majestade, a que se lembrasse do mortal agravo que el-rei de Castela lhe fazia em lhe usurpar o reino de que ele era legítimo sucessor, e que a isto respondera que não era ainda chegada a hora da restauração de Portugal. Lembrou-lhe tão bem que o amor e o zelo da Pátria o inquietavam de tal maneira que, no ano de 1637, quando foi a alteração de Alentejo, fora a Évora a amostrar

aos cabeças daquela parcialidade que não desistissem do começado, e que, para que a empresa tivesse bom sucesso, pedissem amparo à Casa de Bragança. Enfim, discorreu sobre a matéria com tal afeito, que fez grandíssimo abalo no coração deste príncipe.

E D. Francisco de Faro, encontrando a Jorge de Melo, lhe rogou que fosse visitar ao Senhor D. Duarte, o que ele fez logo, e tanto que chegou a ver-se em sua presença lhe dixe: « – *Senhor, donde se vai Vossa Excelência, quando o reino está lutando com as ondas de um pego de contínuas vexações, e quando el-rei de Castela – em vingança do desgosto que lhe deu a alteração de Évora – nos quer aniquilar e reduzir à mesma infelicidade de Galiza ? O duque é o legítimo rei de Portugal; se ele não quiser aceitar o cetro, aceite-o Vossa Excelência, que nós saberemos sacrificar a vida em sua defesa.*». A isto respondeu o Senhor D. Duarte que Deus ordenaria as cousas como melhor nos estivesse a todos, e que, oferecendo-se ocasião, viria de donde quer que se achasse, e não nos faltaria com seu amparo. Com isto se foi para Alemanha.

[RA3] Sucedeu que no seguinte ano de 1639 veio de Vila Viçosa a Almada el-rei nosso senhor, sendo duque; e como o zelo português alterava os espíritos de muitos fidalgos, foram alguns a Almada a visitá-lo, e rostro a rostro lhe manifestaram seu desejo. E os que mais instâncias faziam eram D. António Mascarenhas, D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo, monteiro-mor do reino, e Pero de Mendonça, alcaide-mor de Moirão. Toda esta cidade concorreu a Almada. Os fidalgos iam a dar mostras de seu bom ânimo, e a mais gente a consolar-se em ver o ramo que Deus Nosso Senhor nos havia deixado da soberana árvore dos reis de Portugal.

A todos o duque favorecia com generosa benignidade, criando nos corações um eficaz amor, produzido do natural agrado de seus olhos. E como estava para vir a Lisboa a visitar a duquesa de Mântua, D. António Mascarenhas lhe dixe: « – *Senhor, tenho convocado todos os fidalgos para o dia que Vossa Excelência houver de passar a Lisboa. Esse dia há-de ser nosso. Faça-no-lo Vossa Excelência alegre.*». E porque esta sua proposta não foi admitida, ficou mui triste, e quando foi da entrada não quis tornar a Almada com os mais fidalgos que iam no acompanhamento, os quais, à vista dos regalos e das honras que el-rei nosso senhor lhes fez, deram tão grandes mostras de agradecimento, que diz o padre Nicolau da Maia que em Almada lhe dixeram el-rei nosso senhor que havia por bem empregada a jornada que fizera, só pela boa vontade que experimentara nos

fidalgos e na mais gente que lhe assistira. Pelos quais havia de empenhar a pessoa e o estado, quasi profetizando o que agora mostrou por experiência.

Enquanto el-rei nosso senhor assistiu nesta vila, não descansavam os fidalgos, porque de contínuo o estavam persuadindo [RA4] e lhe intimavam as muitas razões que havia para que ele, com sua grandeza, desse calor à temerária e nunca vista empresa a que todos estavam deliberados. Até que uma tarde dixeu ao monteiro-mor que ainda não havia ocasião, e só esta palavra soltou de quantas vezes lhe falaram na matéria, com a qual todos ficaram com esperança de que algum dia poderiam ver logrado seu desejo. Tudo ouvia el-rei nosso senhor e calava, observando o segredo de tal maneira que os fidalgos que nisto lhe falavam, diziam: « – *Vamos a Almada, que o duque é grande confessor; ouve e cala.*». Alguns havia que tãobem desejavam ver o reino fora da sujeição de Castela, porém queriam que fosse vindo el-rei D. Sebastião com uma poderosa armada, com que o reino ficasse forte e seguro, de modo que a empresa não fosse de perigo. E quando se lhes dava conta do negócio, perturbavam-se e não cessavam de encarecer as grandes deficiências que na empresa havia, não porque lhes pesasse de ser o duque nosso rei, mas parecia-lhes que não teríamos forças bastantes para resistir ao ímpeto de Castela. E como estes senhores eram ricos, não queriam que na empresa houvesse perigo, e por essa razão se lhes não deu conta da deliberação última, nem do dia em que se havia de pôr por obra, senão na derradeira semana, quando já não havia lugar de dúvidas.

Foi-se el-rei nosso senhor para Vila Viçosa, e os fidalgos ficaram desconsolados e quasi com a esperança perdida, vendo que se ia sem resolver nada. Porém o monteiro-mor não desistia, dando por cartas notícia do negócio ao marquês de Ferreira, e rogando-lhe que apadrinhasse este honrado pensamento. O marquês fazia a saber tudo a el-rei nosso senhor, e procurava todos os meios eficazes para o [RA5] persuadir, e o mesmo fazia o conde de Vimioso. E quem apertou com mais fervor e mais espírito foi Jorge de Melo, depois que veio para Lisboa de Coimbra, donde havia estado por mestre de campo do terço que ali levantou enquanto el-rei nosso senhor assistiu na vila de Almada; e como ele e seu irmão correram sempre com muita amizade com o marquês e com seu irmão D. Rodrigo de Melo, por razão do grande parentesco que tem com esta Casa, eles eram os que davam aviso de tudo o que os confederados deliberavam, e do estado das cousas do reino de Castela, com todas as mais circunstâncias concernentes ao intento. Não perdiam ponto estes senhores, assim em mandar avisos, como em dispor as cousas e em preparar com bom modo a última

resolução, fazendo juntas em Enxobregas em casa de Jorge de Melo, nas quais D. Miguel de Almeida, D. António Mascarenhas, Pero de Mendonça, D. Antão de Almada e o mesmo senhor da casa eram os que alhanavam as deficiências.

O monteiro-mor, como residia em Santarém, não assistia nas juntas, porém por cartas apertava, e fazia grandíssimas diligências.

Pero de Mendonça ia muitas vezes a Vila Viçosa a visitar a el-rei nosso senhor, só por ver se podia conquistá-lo, e era tão grande o fervor e afeito com que lhe falava, que nas cortesias o tratava como rei, e se ele o queria acompanhar até a porta, lhe dizia: « – *Não se mova Vossa Excelência, que lhe quero beixar os pés como a legitimo e verdadeiro rei de Portugal e senhor nosso.*». Porém nenhum meio havia que fosse bastante para lhe dobrar a vontade e para fazer que se resolvesse de todo. E viram-se os fidalgos em tal desesperação, que determinavam fazer vir de Alemanha o Senhor D. Duarte, e elegeram para esta jornada ao padre [RA6] Nicolau da Maia, de quem fiavam os maiores segredos que na matéria havia. Porém esta determinação não teve efeito, porque não estavam de todo desesperados de que el-rei nosso senhor aceitasse.

Nesta cidade assistia por agente da Casa de Bragança o doutor João Pinto Ribeiro, homem merecedor de grandes cargos por sua qualidade e por seu talento. Ele comunicava o negócio com D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida e Jorge de Melo. E buscava os meios mais convenientes para que o intento se prosseguisse e se executasse com felicidade.

Estavam já os confederados tão resolutos que queriam no mês de Agosto de 1640 e no seguinte de Setembro reduzir a acto o que tanto se desejava, assi por restituir à Casa de Bragança o reino que Castela lhe usurpara, como por estorvar à Pátria as novas presseguições que, segundo vulgarmente se dizia, estavam prevenidas e, se hoje Deus Nosso Senhor nos não acodira, haviam de estar executadas. As quais eram unir as coroas, introduzir ministros castelhanos no governo, acrecentar os presídios, quebrar os privilégios, consumir os homens aptos para as armas nas guerras pretencentes à coroa de Castela, meter o papel selado, os quartos, as alcavalas e todos os mais tributos que atenuaram e destruíram de todo o ponto a monarquia de Espanha. E este honrado zelo do bem comum moveu os corações destes fidalgos com tanto assombro que – por que o tirano que fulminava a ruína da terra a quem o devia ser, não visse logrado seu infame pensamento – queriam serrar os olhos a todas as deficiências, e aclamar ao duque por rei, ainda que ele não viesse nisso, porque em tal caso, ou recorreriam ao Senhor D. Duarte, ou,

quando de todo ponto faltasse cabeça, se governaria o reino [RA7] como república e senhoria livre. Esta última calamidade estava tão próxima que naquele mesmo tempo se soube que na Secretaria, por decreto do Conselho Real, se escreviam cartas para os fidalgos, em que el-rei Felipe lhes fazia a saber que cumpria a seu serviço que o acompanhassem na jornada que fazia para o reino de Catalunha, com ânimo de tirar a Nobreza de Portugal, por que não houvesse quem impedisse as tiranias que lhe estavam preparadas. Como esta novidade causou geral perturbação – em particular nos nobres – pareceu acertado suspender a aclamação, até que, apertados, os fidalgos considerassem que o seu único remédio era elegerem rei natural.

Enquanto a Nobreza, afligida e instimulada com os rigores de Miguel de Vasconcelos, se queixava da força que se lhe fazia, os confederados iam com novo alento continuando, e fizeram grandíssimas diligências por ver se podiam, com o segredo devido, atrair a si o Povo, pela qual razão o padre Nicolau da Maia deu parte de tudo o que estava ordenado aos juizes do Povo, aos escrivães, aos vintequatro e aos misteres, e a muitos oficiais capazes de se fazer deles a confiança que o caso pedia. Porém, como o exemplo do mau sucesso de Évora lhes fazia recear o castigo, todos se recolhiam temerosos, mas pôde tanto o zelo e o affecto do padre Nicolau da Maia que – ainda que com muito trabalho – os reduziu e os levou a casa de D. Antão de Almada, donde assentaram que o Povo estaria prevenido para seguir a Nobreza quando fosse necessário, com condição que os fidalgos traçariam o negócio de tal modo e fariam que o empenho fosse tão grande que, uma vez metidos nele, não pudessem tornar atrás. Desta maneira ficaram conformes, e foi isto de muita importância, porque semelhantes empresas não se podem levar ao cabo sem o séquito do Povo.

[RA8] Quasi todos os nobres puseram dúvidas à ida de Catalunha, e somente o conde de Vila Nova se deliberou a ir, mas Jorge de Melo lhe dixe que deixasse ir primeiro os fidalgos mais velhos, e diante de alguns amigos lhe dixe também Pero de Mendonça que, na jornada que queria fazer, era bem que se aconselhasse com homem que falasse a sua língua, e não com o conde Bainete, que era estrangeiro, e servia à duquesa de Mântua. Porém ele, sem embargo de tudo, se pôs a caminho, donde passou grandes moléstias, e depois de chegar a Madrid era sua prática ordinária dizer que mais sentira o trabalho que tivera em se livrar dos fidalgos que lhe aconselhavam que não fosse, que o que passara no caminho. E este dito foi a razão porque os ânimos se afervoraram e se apressou a execução.

Ia crescendo grandemente o número dos zelosos e já havia chegado à notícia do ilustríssimo Senhor D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, o qual o comunicou a alguns parentes e amigos. Também D. João Pereira o declarou a muitos sujeitos bons da freguesia de São Nicolau, de que é prior. E quem com os capatazes da Misericórdia e os mais autorizados do Povo tratava o negócio com prudência e segredo era o doutor Estevão da Cunha, deputado do Santo Ofício. E não era inferior o zelo com que fazia as mesmas diligências João Cardoso, que foi admitido na confederação por ser homem de qualidade e digno, por suas partes, de se fiarem dele cousas de muito porte. E o padre Fr. Luís de Abreu trabalhou também muito em facilitar com razões os perigos que alguns consideravam na empresa, e verdadeiramente que é digno de admiração, assim o talento como o zelo, que este religioso mostrou em todas as ocasiões que no particular se ofereceram.

Veio D. António Telo da Beira, adonde havia ido por mestre de campo de um terço que [RA9] el-rei de Castela lhe mandou ali levantar, e D. Miguel de Almeida e D. Antão de Almada o informaram de tudo o que se passava, e ele se mostrou em todas suas acções tão fino português e tão amante da Pátria que todos faziam grandíssima estimação de seu valor.

Pidia já o negócio a última resolução, e para se tomar assento nas cousas se foram continuando as juntas que em Enxobregas se faziam em casa de Jorge de Melo, donde estava por hóspede seu irmão o monteiro-mor, que havia dois meses que viera de Santarém. Ordenou-se em conselho que Pero de Mendonça fosse a Vila Viçosa, e o monteiro-mor a Évora, um a intimar a el-rei nosso senhor de como os apaixonados não esperavam mais que o seu beneplácito, e otro a amoestar ao marquês de Ferreira e a seu irmão D. Rodrigo de Melo que era tempo de meter todo o cabedal, e fazer que el-rei nosso senhor se acabasse de resolver. Estando pois esta jornada prevenida, veio do Brasil nova ao monteiro-mor de que seu filho Manoel de Melo era morto, e por essa razão a sua ida não teve efeito. Porém Pero de Mendonça se pôs logo a caminho, e chegando a Vila Viçosa, deu conta mui por extenso a el-rei nosso senhor de como os ânimos estavam dispostos, as armas prevenidas, o inimigo descuidado, Castela no maior aperto, a Fortuna favorável e a ocasião chamando-nos e abrindo-nos o caminho mais fácil que podia haver para nossa liberdade. A cabo de alguns dias, escreveu este fidalgo que no Alentejo andava a caça levantada e que não podia fazer tiro, com o que deu a entender que ainda el-rei nosso senhor não estava tão dócil como nós havíamos mister. Porém depois veio e trouxe tão boas novas que acordaram os senhores da junta que o doutor João Pinto Ribeiro fosse a Vila Viçosa, o que ele pôs logo

[RA10] por obra, publicando que ia a tratar de uma doação que o conde de Odemira fazia à Casa de Bragança. E tanto que este último embaxador se viu em Vila Viçosa, considerou que facilitaria o negócio e a felicidade seria certa, se acrescentasse ao seu grande talento o do secretário António Pais Viegas, criado a quem a Casa de Bragança se deve com todo o encarecimento agradecida, assim pelo grande cuidado com que há muitos anos que se desvela em seu serviço, como porque desejou sempre com tanto afecto ver a seu senhor colocado no trono que el-rei de Castela por força de armas lhe usurpara. Que quando lhe aconselhou que viesse a Almada foi porque – sabendo o que os fidalgos de Portugal determinavam – entendeu que para aquela determinação seria de muita importância que o duque viesse a parte donde os fidalgos pudessem manifestar-lhe facilmente seu desejo. Enfim, estes dois sujeitos foram os que acabaram de persuadir a el-rei nosso senhor. E tanto que alcançaram dele a resposta na conformidade que esperavam, se veio o doutor João Pinto Ribeiro para Lisboa com uma carta em que el-rei nosso senhor dizia aos fidalgos que da sua parte lhe propusera o doutor João Pinto Ribeiro o que eles, para liberdade da Pátria e exaltação da Casa de Bragança, tinham determinado e que, consideradas as muitas razões que havia para se levar ao cabo a tal acção, oferecia seu favor e aceitava a proposta que lhe faziam, e dava poder ao mensageiro para em seu nome ordenar e dispor tudo como melhor e mais seguro parecesse. Foi lida esta carta sábado, véspera de Santa Caterina, 24 de Novembro de 1640 no Paço do duque. Em casa do mesmo doutor João Pinto Ribeiro logo se determinou o dia em que se havia de fazer a milagrosa aclamação, e foi o primeiro de Dezembro, que era o sábado seguinte, e ordenou-se [RA11] que se começasse pela morte do secretário Miguel de Vasconcelos.

Fez-se este conselho com tão grande alegria de todos os circunstantes, que Jorge de Melo dixe: « – *Toquemos a campainha e ponhamos as capas por cima das cabeças, como se faz na Relação quando se sentenceia algum delinquente à morte.*». Levantou-se logo D. António Telo, e tomando a mão a todos protestou que ele havia de tirar a vida ao secretário Miguel de Vasconcelos e a todos os mais de quem se podesse presumir que seguiriam a voz d' el-rei de Castela. Ultimamente se resolveu que o aviso que se havia de mandar a el-rei nosso senhor, de que o sábado seguinte se havia de dar princípio à restauração de Portugal, saísse de Lisboa em tempo que por nenhum modo podesse vir de lá nova ordem, porque estando estas cousas nesta altura, qualquer novidade e a menor dilação causaria irreparável dano: que as deliberações tão arriscadas hão-se de prevenir e dispor com muito vagar e

dilatada consideração, mas não-se de executar a olhos serrados, com grandíssima pressa, porque de outra maneira não se logram.

Chegou o aviso, e nesse mesmo momento saíram de Vila Viçosa nove próprios, uns trás outros, por diversas vias, com cartas em que el-rei nosso senhor dava conta ao Senhor D. Duarte e lhe mandava que se saísse logo das terras do Emperador e se viesse para Portugal, e se até este ponto se não havia feito esta diligência, não foi porque não conhecessem todos a grande necessidade que para a ocasião havia da pessoa do Senhor D. Duarte, senão porque chamá-lo antes d' el-rei nosso senhor se resolver, seria não somente fazer um muito grande dispêndio a risco de não aproveitar, mas também dar motivo para que os que no Conselho de Castela andavam já desconfiados e com receios, persumissem algũa cousa, e em tal caso a menor suspeita bastaria para perdição [RA12] geral de tudo, e a rezão de estado pedia que não se abalasse de Alemanha este príncipe, senão despois de estar a empresa em acto próximo, de modo que não se pudesse dar caso que viesse sem ela ter efeito. Além de que, no instante em que se soube da resolução d' el-rei nosso senhor, lançaram logo mão da ocasião e não quiseram esperar todo o tempo que era necessário para ir a Alemanha e vir.

Desde o domingo até a sexta-feira daquela venturosa semana se fizeram com grande fervor e diligência infinitas preparações, ajuntaram-se as armas que para o efeito eram mais acomodadas, deu-se ponto aos amigos e parentes, e muitos convidavam para um empenho grande que sábado às nove horas da manhã haviam de ter no terreiro do Paço, sem declararem o que era. Não se passou noite nenhuma em que não houvesse junta em casa de João Pinto Ribeiro. Iam os fidalgos a ela com grande recato, porque importava já muito a dissimulação, e donde quer que a cada um deles lhe anoitecia, se apeava e, embuçados, entravam no Paço do duque, em cujas salas tudo era sombras e horror, e somente na casa mais oculta – que era aonde se fazia o conselho – estava ãa candeia tão desviada e com tão pouca luz que escassamente alumiaava.

Quarta-feira à noite entrou na junta um fidalgo a quem naquele mesmo dia um parente seu revelara muitas cousas que D. Antão de Almada lhe havia dito acerca do negócio, e não obstante que o tal fidalgo se queria unir aos confederados, com ânimo de arriscar a vida pela Pátria, como depois fez, achava na empresa alguns inconvenientes, e propô-los todos, para que se considerassem devagar, e se visse o meio que poderia haver para que não sucedesse algũa desgraça. E porque todos estes inconvenientes e outros

muitos mais estavam [RA13] já alhanados, presumiam os circunstantes que este fidalgo vinha com pouco gosto de entrar na parcialidade, e como ele era sujeito superior por qualidade e por partes, fez tanto abalo que os mares estiveram quasi revoltos, e houve quem avisou a el-rei nosso senhor que se não fizesse lá cousa nenhũa, porquanto cá se suspendia o que estava determinado. E a manhã seguinte, que foi à quinta-feira, se ajuntaram alguns no jardim de D. Antão de Almada, donde se dixe que o dia de antes se havia embarcado certo fidalgo parente do que propôs as dúvidas – que era também sujeito muito capaz, e estava do mesmo parecer – e se presumia que passava à banda dalém – donde então assistia Miguel de Vasconcelos – a revelar-lhe o segredo. Este receio perturbara e confundira os corações, porém estavam todos tão firmes, tão constantes, tão intrépidos e deliberados, que houve muitos que eram de parecer que logo dali se fossem ao Paço e dessem de punhaladas em Miguel de Vasconcelos, e aclamassem a el-rei nosso senhor. Outros diziam que melhor era entrar à noite na casa donde ele costumava dar conversação a seus amigos, e tirar-lhes a vida a todos, o que D. Miguel d’ Almeida reprovou, advirtindo que o provérbio nos ensinava que o que se fazia à noite pela manhã se via. E com boas palavras foi aplacando aquela demasiada paixão nacida de valor estimulado, e acabou com todos que se não adiantassem, e que se pervessem não só das armas corporais, mas ainda das espirituais, para sábado porem por obra o seu pensamento na conformidade que se ordenara – o que todos já reduzidos aprovaram.

Sexta-feira, depois de estar prevenido tudo quanto era necessário para a defesa da vida – seguindo o parecer de D. Miguel de Almeida – se confessaram todos, e se prepararam [14], pedindo a muitos relegiosos orações e missas, e dispondo-se como quem havia de entrar em um conflito, em um transe e em um perigo tão atroz, tão horrível, tão estupendo e tão alheio do que até agora viram quantas repúblicas hove no Universo. À tarde deste mesmo dia foram alguns dos mais autorizados do Povo a manifestar aos fidalgos que estavam com grande zelo e vigilância prevenidos para o sábado seguinte. Alegriaram-se os fidalgos vendo que na ocasião era certo que o Povo os havia de seguir.

Amanheceu o desejado dia, e além de outras muitas circunstâncias que nele houve para se presumir com sólido fundamento que foi este impulso disposto e governado pela vontade divina, se considerou grande mistério em repetir então a Igreja aquelas palavras da Epístola *Ad Romanos*, cap.13, quando o glorioso apóstolo S. Paulo diz que é já hora de despertarmos, porque está a nossa salvação mais perto do que presumimos:

*Fratres hora est iam nos de somno
Surgere, nunc enim propior• est nostra
Salus, quam cum credidimus.*

Que parecia que o mesmo Deus nos estava dizendo que era já chegada aquela felice hora que ele prometera a el-rei D. Afonso Henriques.

Deu-se enfim o ponto para as nove horas da manhã, e deu-se ordem a todos para que, poucos a poucos, por vários caminhos, se ajuntassem no terreiro do Paço, o que se fez com recato e boa disposição, que uns em coches, outros a cavalo, outros a pé se dividiram em troços por todo aquele espaço que há desde o Arco dos Pregos até o Arco do Ouro.

Andava já o segredo tão público, que o dia de antes ãa criada de D. Antão de Almada mandou um negro a casa de certa senhora cujo marido estava persiguido e preso [RA15] por Miguel de Vasconcelos, e depois de estar o negro no pátio veio ela a ãa veranda e com muito desenfado lhe advertiu em alta e inteligível voz que dicesse àquela senhora que se não agastasse, que amanhã havia de ir o senhor D. Antão de Almada com outros fidalgos a matar ao secretário e a soltar ao senhor seu marido. E D. António Mascarenhas, encontrando no claustro de São Francisco de Enxobregas a Miguel de Vasconcelos, passou por ele sem lhe tirar o chapéu, e perguntando-lhe alguns fidalgos e alguns religiosos do mesmo convento porque não falava ao secretário, respondeu que entendia que era espécie de traição fazer cortesia a um homem a quem ele sabia de certo que havia de tirar a vida.

Também o doutor João Pinto Ribeiro, quando esta prodigiosa manhã veio de sua casa à porta da capela a esperar que se juntassem os fidalgos, encontrou no caminho um dos amigos a quem ele havia convidado sem lhe dizer o para quê, o qual, como andava desejoso de saber este segredo, lhe rogou que lhe dicesse aonde iam, e ele lhe respondeu: « – Não é nada; imos aqui abaxo até a sala dos tudescos a tirar um rei e pôr outro, e logo nos tornamos para casa.». Mas nenhũa cousa houve de tanto assombro – em razão de andar o segredo já na praça – como haver, naquela mesma hora em que o conflito estava próximo, quem – sem saber nada do que se preparava – entrou na Secretaria e avisou a Miguel de Vasconcelos, amoestando-o que se saísse lá por aquela porta do forte que olha para o mar, e que sem demora se metesse na sua gôndola e se passasse à outra banda.

Porém já neste tempo, depois de estarem unidos e resolutos, pouco importava que o segredo se não observasse com todo o rigor, porque uma vez chegado o intento àqueles termos, não podia deixar de ter efeito, quanto mais que, se era [RA16] decreto de Deus, que Portugal restaurasse a perdida liberdade, que descuido, que estorvo ou que embaraço podia haver que lhe fizesse impedimento ?

Neste comenos deu o relógio do Paço nove horas, e como quando o fogo de ãa mina atea na pólvora e saem num mesmo instante por várias aberturas da terra – em cópia larga, com medonho ímpeto – mil raios e mil despedaçados e abrasadores mármores, assi ferros, assi terríveis e assi furiosos saíram num mesmo tempo alguns fidalgos dos coches, e logo foram em seu seguimento com a mesma deliberação os mais que, a cavalo, ou a pé, vinham para aquele efeito. Subiram todos intrépidos por ãa e outra escada do Paço, já com as armas prontas, e dispostos para ver a cara ao mais estupendo transe em que desde que hove guerras no mundo se viu o coração humano.

Ficou junto ao forte um coche em que estava Jorge de Melo e seu primo Jorge da Cunha e António de Melo de Castro, de cujo valor os senhores da junta fiaram o atalhar o passo ao capitão castelhano que naquele dia estava de guarda, em caso que ele quisesse fazer alguma demonstração. Tinham estes fidalgos já ao redor de si alguns homens que se lhe chegaram e otros que o padre Nicolau da Maia convocou, e não esperavam mais que ouvir o estrondo da primeira pistola na sala do Paço, donde já os soldados da guarda real, vendo entrar por uma e outra porta tanta quantidade de fidalgos, se levantavam todos, sobressaltados, confusos, afligidos e suspensos, com ânimo não somente de serrarem as portas que vão para as salas do forte e para os quartos altos, mas de se valerem tâobem das alabardas, quando de improviso, ao som de muitas armas de fogo que juntas se dispararam, meteu D. Miguel de Almeida mão à espada, e [RA17] gritando « – *Liberdade, liberdade ! Viva el-rei D. João o IV !* », discorreu por uma e outra parte da sala. E logo veio à veranda que cai sobre o terreiro do Paço, donde, mostrando-se ao povo, dixe desta maneira: « – *Valerosos lusitanos ! É chegada a hora de acudiremos pela reputação de Portugal, e de comprar com nosso sangue a liberdade da Pátria. O duque de Bragança é nosso legítimo rei e senhor natural. Deve-se-lhe a coroa de direito. O Céu por nosso meio lha restitue hoje, para que o reino com as tiranias de Castela se não acabe de todo, antes ressucite e torne a ver-se tão próspero como o lograram os antigos portugueses. No que podemos*

estar certos, porque força é que se cumpra a palavra que Nosso Senhor nos campos de Ourique deu ao primeiro monarca da Lusitânia.».

Aqui este zeloso e ilustre velho – oferecendo por testemunhas de sua lealdade as lágrimas que, caindo-lhe de quatro em quatro pelo rosto, o faziam mais venerável, e levantando a um mesmo tempo a espada e a voz – repetiu muitas vezes: « – *Liberdade, liberdade ! Viva el-rei D. João o IV !* ». Ao que todo aquele povo que estava presente, e previnido já na conformidade que os misteres e os mais haviam prometido aos fidalgos, correspondeu com um dilúvio de vivas, cujos ecos pareceu que moviam e arrancavam de seu eixo as esferas. E isto serviu de sinal a Jorge de Melo e aos fidalgos que com ele estavam no coche esperando pela ocasião; e com o brio que em tão ilustres senhores sempre reconheceu o mundo, saíram à praça, e todos vibrando espadas e disparando pistolas, puseram em fugida a quantos castelhanos em vão guardavam aquele posto, os quais com grande pressa iam já enviando-se as armas, e ainda um deles andou tão diligente e tão atrevido que [RA18] pôde alcançar um mosquete, e deu com ele na cabeça ao alferes Marcos Leitão de Lima, de que provavelmente morreria se a anta que lhe adornava a parte interior do chapéu não resistira ao temerário golpe. O padre Bernardo da Costa, comovido da insolência deste soldado, deitou a capa no chão e meteu a mão a ãa espada e broquel que para este fim ocultamente trazia e, furioso, se meteu na praça de armas, despejando a estocadas o caminho; e foi trás dele o capitão Jordão de Bairros de Sousa com alguns outros da sua companhia, e todos se portaram com tanto valor que, desesperados os inimigos de remédio, desocuparam o campo, e os nossos ficaram senhores dele.

Jorge de Melo, tanto que viu vencida esta dificuldade, subiu à sala dos tudescos e se meteu com os mais. Já Marcos António de Azevedo e Paulo de Sá, arremessando-se às alabardas, as haviam botado todas no chão com ajuda do licenciado Gabriel da Costa, quartenário da Sé de Lisboa. Verdade seja que alentaram a este heróico atrevimento D. António de Meneses e Gaspar de Brito Freire, os quais, com bizarra deliberação, tomando cada um sua alabarda, haviam desembaraçado todo aquele districto e posto em fugida a maior parte dos tudescos, ficando um morto e outro ferido, e não havendo entre os nossos mais que uma ferida que, por desastre, António Teles da Silva recebeu em um braço, de que esteve muito mal.

D. António Telo – como havia dado sua palavra de despedaçar o coração do tirano – em cujo peito se havia de abrir a porta à liberdade de Portugal – estava na galaria que vai

para o forte, esperando que se começasse a batalha para dar sobre o inimigo, e tanto que viu que já na sala gemia o ar ferido das espadas e dos pilouros, temendo que um confidente de Miguel de Vasconcelos, que havia passado para dentro [RA19] lhe desse aviso, serrou os olhos e, soltando as rédeas à generosa fúria, entrou na Secretaria, e trás dele foram Pedro de Mendonça, Aires de Saldanha, João de Saldanha de Sousa, Sancho Dias de Saldanha, João de Saldanha da Gama e seus dous irmãos António de Saldanha e Bertolameu de Saldanha, D. Gastão Coutinho, D. João de Sá de Meneses, camareiro-mor, o conde da Atouguia, D. Francisco Coutinho, seu irmão, Tristão da Cunha de Ataíde, Luís da Cunha, Nuno da Cunha, seus filhos, D. Manoel Childe Rolim, seu genro, D. António da Cunha, sobrinho do senhor arcebispo de Lisboa, e outros muitos, os quais encontraram ao corregedor Francisco Soares de Albergaria, e porque gritando eles « – *Viva el-rei D. João o IV !* » lhes dixе « – *Viva el-rei Felipe !* », se irritaram de modo que com duas balas lhe tiraram a vida. E não obstante que matar a um homem que não pode fazer resistência parece acção indigna, contudo, quando em uma república tão grande como esta, os zelosos, comovidos do amor da Pátria, a queriam resgatar aclamando um novo rei, deviam serrar com as espadas as bocas de todos os que não seguissem a sua voz, porque matar a quem – se o deixarem vivo – poderá ser causa de uma geral infelicidade, é razão de estado e não vitória, e as leis da guerra não se entendem em quem mata só por conviniência, senão em quem mata para fazer prova de seu brio e para a alcançar a honra do troféu.

Passaram adiante estes deliberados senhores, e à porta da Secretaria encontraram ao oficial-maior António Correa, e ali D. António Telo, com uma faca de conchas que levava na mão esquerda, lhe deu muitas feridas, com as quais caiu logo no chão, quasi morto; porém, ainda que desmaiado e com pouco alento, se levantou e fugiu pela escadinha, que [RA20] vai para o quarto baxo do forte, e se pôs em salvo.

Mais adiante se atrevessou em ãa porta o capitão Diogo Gracês Palha e pelejou valerosamente até que D. António Telo o feriu, e todos o apertaram de maneira que se retirou apressado, e lançando-se por uma janela abaxo, foi cair na praça de armas dos castelhanos, e dali, com ãa perna quebrada, se foi para a Casa da Índia, donde, porque ninguém o siguiu, lhe foi fácil escapar com a vida.

Iam já para entrar na casa donde estava Miguel de Vasconcelos, quando ele mesmo – que andava lutando com o temor – vendo que a morte lhe batia já à porta, a serrou com grande pressa, e entretanto que os de fora procuravam despedaçá-la com machados que

para isso traziam, se arremessou a várias armas de fogo que estavam arrimadas a uma parede, e entre todas não achou mais que uma cravina carregada, com a qual se escondeu dentro de um armário que servia de papéis, ao mesmo tempo que os fidalgos romperam a porta e entraram dentro e, fervorosos, uns por uma parte e outros por outra, buscaram todos quantos aposentos havia naquele quarto, sem perdoar a mais oculta câmara. E vendo que não aparecia, pretenderam fazer, com ameaças, que a gente de sua casa o descobrisse, mas como ele estava acostumado a ocupar lugares grandes não coube neste, e dentro se revolveu uma e outra vez com tanto rumor que foi sentido, e nesse mesmo ponto experimentou o rigor de várias armas, até que dois pilouros, penetrando-lhe a garganta, o fizeram sair descomposto, pálido, e tão desamparado já do espírito vital que, disparando com a raiva da morte a cravina que trazia nas mãos, bastou o estrondo dela para o fazer cair com grande ímpeto. E escassamente o viram estendido no chão quando todos o arrebataram nos braços e o precipitaram pela [RA21] janela da Secretaria, só afim de que o povo, que estava no terreiro do Paço, tivesse fundamento para esperar a restauração da Pátria, vendo morto quem a tiranizava.

Era o infelice homem, por sua maldade, tão aborrecido de todos, que este miserável espectáculo e lastimoso milagre da Fortuna, em vez de enternecer, provocou a ira e excitou a cólera dos circunstantes de tal modo que, como se houvera ali ainda que matar, concorreram todos ao precipitado cadáver, e competindo sobre quem seria o primeiro no rigor, e sobre quem lhe faria a maior afronta, executaram nele vários e estupendos modos de inclemência: um lhe tirava os olhos, outro lhe arrancava a barba, este, a couces despedaçando-lhe o rosto, o fazia mais enorme, aquele despojando-o do vestido mostrava aos cães e às aves o mantimento que a Fortuna ali lhe oferecia. Dentre a vingativa plebe saiu furioso um mouro que havia sido seu cativo, e sentado no peito, dizendo-lhe temerárias injúrias, causou riso geral, e deu entretenimento grande ao auditório.

Ficou desta maneira o triste corpo largado ao cego ímpeto da plebe, e não havia já parte alguma em todo aquele horizonte donde o belicoso estrépito não soasse.

Descomposta, colérica, assombrada e meia fora de uma das janelas do Paço que caía sobre as portas da capela, gritava a infelicíssima infanta de Sabóia, pedindo socorro e procurando em vão com lágrimas mover os ânimos e pôr obstáculo à lusitana ira que, discurrendo impaciente de alma em alma, já não acharia impedimento mais que na poderosa mão do Criador do mundo. Subiram logo D. Antão de Almada, D. Luís de

Almada, seu filho, António de Saldanha, governador da Torre de Belém, com outros muitos, àquela mesma sala de donde a afligida senhora sair queria, com ânimo de ver se a majestade [RA22] de seu aspecto era bastante a suspender o horrísono tumulto; e como, com a pressa que pedia um tão rigoroso aperto, se arremessava já à porta para decer abaxo e ver logrado seu desejo, impediram-lhe o passo todos estes senhores, não coléricos, mas acautelados, e com o respeito que a ãa infanta decendente d' el-rei D. Manoel era bem que se guardasse. Porém ela fez muitas instâncias por ver se podia encaminhar o reino para a sua sua antiga sujeição:

« – O que está feito, senhores, até qui – dixeu, sem poder tomar alento – se não foi acertado, contudo se desculpa com as insolências desse injusto ministro que hoje pagou seus erros com a vida. Não passe o furor adiante, el-rei de Espanha tem grande coração, eu me ofereço a acabar com ele, não somente que perdoe esta desordem, mas que a repute por merecimento, se não se levar ao cabo».

Ia discurrendo com estas e outras razões semelhantes, e buscando com os olhos a decida, parecendo-lhe que ainda poderia ser de algum efeito, mas estes fidalgos, primeiro cortesões, depois severos, fizeram que se recolhesse. D. Antão de Almada não quis deixar aquela estância por que esta senhora não saísse e fosse causa de algũa perturbação. D. Luís de Almada, D. João da Costa, D. Rodrigo de Meneses, D. António de Meneses com os mais que ali se acharam, vieram meter-se na galharda tropa que, já triunfante, pelo terreiro do Paço ia repetindo o glorioso nome d' el-rei nosso senhor. Logo, entrando violentamente pelos ouvidos de todos, se derramaram pela cidade os rumores das armas e os ecos desta felice aclamação. E como em semelhantes alterações sempre o medo representa perigos, desordens, estragos e ruínas, muitos, parecendo-lhe que o mundo se acabava, se recolheram nas casas e nas igrejas, fechando portas e procurando meios de escapar. E não foi este receio fora de razão, porque nem o governo [RA23], nem a Fortuna estava para se presumir outra cousa. Uns, porque tinham notícia do que se havia preparado, outros, porque o desejo de saber o que aquilo era os comovia, e outros, porque o valor natural os assegurava do perigo, saíram, e concorrendo todos ao terreiro do Paço, se meteram com os mais. Aqui, não somente unidos os corações, mas reduzidos os anélitos de todos a um sonoro acento, voou pelo ares ãa voz articulada por infinitas bocas, a qual publicou a toda a cidade, a todo o reino e a todo o mundo a maravilhosa restauração de Portugal, sem que fosse necessário que se tocasse o sino da Igreja Maior, como o dia de antes ficava prevenido.

Desta maneira se foram, divididos em tropas, uns aos lugares mais frequentados da cidade para convocar o povo, outros ao Tribunal da Casa da Suplicação para manifestar o admirável sucesso aos ministros supremos da Justiça, outros ao Limoeiro e a todas as mais cadeas públicas, donde abrindo as portas – que para muitos estavam fechadas sem razão – libertaram a todos os presos, porque, em um dia tão venturoso, em que o reino de Portugal saía de cativo, não era justo que houvesse algum português a quem faltasse a liberdade. Outros foram a casa do ilustríssimo• Senhor D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, a exortá-lo a que saísse a autorizar este acto; e ainda que ele, movido de sua natural modéstia, não ousava aparecer, o fizeram sair a pé com cruz alçada, acompanhado da maior parte do clero. Vieram com ele para o Senado da Câmara, ao mesmo tempo que o povo assistia ao pé das escadas da Igreja da Sé, ouvindo ao padre Nicolau da Maia, o qual, subido no último degrau, com um crucifixo na mão esquerda e ãa espada na direita, lhe dizia estas palavras:

« – Uniram-se os nobres deste reino, e diliberaram-se a [RA24] desatar o jugo debaxo do qual há sessenta anos que todos padecemos. Tem já tirado a vida ao secretário Miguel de Vasconcelos e aclamado por rei ao duque de Bragança. Agora falta que, com a solenidade costumada , arvoremos todos a bandeira da cidade, e vamos pelas praças e pelas ruas aclamando o novo rei, em quem Nosso Senhor quer reformar a atenuada linha dos monarcas de Portugal•.».

Ia prosseguindo a prática, porém veio de improviso um grande número de gente e creceu o aperto de maneira que foi forçoso que a maior parte despejasse aquele sítio. E logo se foram os mais que ali estavam por detrás da Igreja de Santo António, e achando a porta do Senado da Câmara fechada, bateram, e fizeram grandes diligências por que lhe abrissem, quando chegaram os fidalgos que vinham com o senhor arcebispo de Lisboa, e disseram em voz alta ao conde de Cantanhede, que era o presidente, e aos mais ministros, que abrissem a porta e deixassem entrar a Nobreza e o Povo, para tirarem a bandeira e irem com ela pela cidade, aclamando por rei ao duque de Bragança. Houve nisto algũa demora, até que Luís de Gouvea Mialheiro¹ abriu a porta e entregaram a bandeira a D. Álvaro de Abranches, o qual se pôs logo a cavalo e veio com todo aquele acompanhamento decendo para a Sé. E tanto que chegou à porta de Santo António, começou o povo todo inquieto e

¹ Variante, considerada errónea, detectada apenas no exemplar da BGUC, com a cota V.T. 16-9-6: «Balieiro».

descomposto a gritar, dizendo que uma imagem de Nosso Senhor Jesu Cristo que estava cravada na cruz que ia diante do senhor arcebispo não somente havia despregado a mão direita, mas que também a havia dobrado – como que queria botar a benção a tudo o que estava feito. Foi visto e admirado este peregrino acontecimento e, reconhecido por milagre, se resolveram todos em que a obra era de Deus, e vieram por várias ruas, até que [RA25] chegaram ao terreiro do Paço ao mesmo tempo que por várias partes vinham, seguidos de muito povo, Martim Afonso de Melo, Tristão de Mendonça, seu filho, Henrique de Mendonça, Luís de Melo, porteiro-mor, e seu filho. Manoel de Melo, D. António da Costa, D. Tomás de Noronha e seu irmão D. Francisco de Noronha, Francisco Brandão, Luís Álvaro da Cunha e seu filho Duarte da Cunha, D. Paulo da Gama, D. Francisco de Sousa, D. António de Alcáçova, Tomé de Sousa e seu irmão, o inquisidor Diogo de Sousa, Gonçalo de Tavares e Távora, o inquisidor Pantalhão Rodrigues Pacheco, Manoel Velho, Rui de Figueiredo e seu irmão Luís Gomes de Figueiredo, Luís de Mendonça, Francisco de Melo de Magalhães e Luís de Brito Freire. Os quais, depois de se acharem em todas as ocasiões que nesta menção houve, andaram divididos por toda a cidade aclamando a el-rei nosso senhor, e com a gente que tinham convocado, vieram acrescentar o luzido acompanhamento com que o senhor arcebispo ia andando para o Paço.

Chegou neste tempo com um montante nas mãos, acompanhado de quatro filhos e de alguns amigos e criados, Miguel Maldonado, o qual não veio mais cedo porque o doutor João Pedro Ribeiro, dando-lhe conta da carta d' el-rei nosso senhor, em seu nome lhe encomendou que esperasse aquela menção em casa, e que tanto que ouvisse a nova começasse a aclamação desde o distrito dos Anjos – que é o seu bairro – até o terreiro do Paço, o que ele havia já feito, na forma que lhe estava encomendado.

Entraram no Paço todos com grandíssima alegria, e logo elidos pelo Clero, pela Nobreza e pelo Povo, em nome d' el-rei nosso senhor, como seus governadores, tomaram posse da cadeira real o senhor arcebispo de Lisboa, o presidente [RA26] da Câmara e o presidente do Paço.

Mandaram logo Pero de Mendonça e Jorge de Melo levar a nova a el-rei nosso senhor, e com grande pressa despacharam correios a todas as terras de Alentejo, do Algarve, d' Entre Douro e Minho e da Beira, com aviso de tudo o que passava, e ordem para que seguissem o exemplo da cidade de Lisboa.

Depois de ùa terrível tempestade descansa o mar, assentam-se as areas, emudecem-se os ventos, abre-se o céu, aparece o Sol, desfaz-se a névoa, converte-se o que antes era horror em serenidade, e tornam alegres a romper as águas todas as embarcações que, fugindo das ondas, se haviam recolhido em várias enseadas. Desta maneira se suspendeu de improviso aquela espantosa e nunca vista inquietação.

Embainharam-se as espadas, desapareceram quantas armas de fogo em esta ocasião se dispararam, aplacou-se a ira, cessaram os gritos, acabou-se o estrondo e saíram à praça alegres, seguros e agradecidos à Furtuna todos aqueles que, por escaparem do tumulto, se recolheram nas igrejas e nas casas, tornando cada um deles a tomar posse de tudo o que deixara exposto à fúria popular, sem haver furto nem dano, nem a menor razão de queixa. Ficou a cidade quieta, o tirano castigado, o jugo sacudido, acabadas as vexações, a Pátria livre, os governadores em seu trono, e o muito excelso e muito esclarecido duque de Bragança com felicíssimo auspício aclamado, restituído e venerado por monarca do reino que a Fortuna lhe devia há tantos anos. Em que o Céu lhe dê tão grandes prosperidades que no poder, no governo, na grandeza, no decoro, na fama, nas virtudes e na duração exceda a quantos impérios a Memória soleniza.

[27] LISTA DOS FIDALGOS

que se acharam na felice aclamação de Sua Majestade
e restituição que se lhe fez deste reino

D. Miguel de Almeida

D. Antão de Almada

Jorge de Melo

Pero de Mendonça, alcaide-mor de Moirão

D. António Mascarenhas

O doutor João Pinto Ribeiro

D. António Telo D. Gastão Coutinho

D. Luís de Almada

D. Álvaro de Abranches
D. Afonso de Meneses
D. António Luís de Meneses
D. Rodrigo de Meneses
D. João da Costa
D. António da Costa
D. António de Alcáçova
D. João de Sá e Meneses, camareiro-mor
João Rodrigues de Sá
António de Saldanha
Aires de Saldanha
João de Saldanha de Sousa
João de Saldanha da Gama
António de Saldanha, seu irmão
Bartolomeu de Saldanha, seu irmão
Sancho Dias de Saldanha
O conde d' Atouguia
D. Francisco Coutinho, seu irmão
D. Vasco Coutinho
Martim Afonso de Melo
Luís de Melo, porteiro-mor
Manoel de Melo, seu filho
Francisco de Melo de Magalhães
António de Melo de Castro
D. João Pereira, prior de S. Nicolau
Fernão Teles da Silva
António Teles da Silva
D. Fernando Teles
D. António da Cunha
Tristão da Cunha de Ataíde
Luís da Cunha de Ataíde e Melo, seu filho
Nuno da Cunha, seu filho

Estevão da Cunha, deputado do Santo Ofício
Luís da Cunha, neto de D. Antão de Almada
Luís Alveres da Cunha
Duarte da Cunha, seu filho
Tristão de Mendonça
Henrique de Mendonça, seu filho
[28] Luís de Mendonça, filho de Pero de Mendonça
D. Manoel Childe Rolim
D. Francisco de Sousa
Tomé de Sousa
D. Paulo da Gama
D. Tomás de Noronha
D. Francisco de Noronha, seu irmão
Miguel Maldonado
Gaspar Maldonado
Vicente Soares Maldonado
Francisco Maldonado
Sebastião Maldonado, seus filhos
Gonçalo de Tavares e Távora
O alcaide-mor de Sintra
Gil Vaz Lobo
Rui de Figueiredo
Luís Gomes de Figueiredo, seu irmão
Gaspar de Brito Freire
Luís de Brito Freire, seu filho
Manoel Velho
Francisco Brandão
Francisco Freire Brandão
Francisco de Sampaio

LISTA DOS NOBRES

O padre Nicolau da Maia
O capitão Marcos António de Azevedo
O capitão Vasco de Azevedo Coutinho, seu irmão
Francisco de Vasconcelos
Luís de Loureiro, informador de Mazagão
O capitão Jordão de Barros de Sousa
António do Rego Beliago
João do Rego Beliago, seu filho
António Figueira da Maia
O padre Bernardo da Costa
O alferes Marcos Leitão de Lima
O licenciado Gabriel da Costa, quartanário da Sé
Manoel da Costa, seu irmão
Paulo de Sá
O capitão Diogo Penteado
Manoel de Novais Carvalho
O capitão João de Novais Carvalho
Manoel de Azevedo João da Silva do Vale
Miguel da Silva Gregório da Costa
O alferes Francisco de Tavares
Gonçalo de Sampaio
O alferes Manoel de Sampaio
Gaspar de Tovar
Pedro de Abreu
Simão Correa da Cunha
Luís Alves Banha
Bento da Mota de Gusmão
Afonso Mendes
Luís Godinho, escrivão do pescado
O capitão António Franco de Lima

Alberto Raposo

Paulo de Moura

João Ribeiro

O licenciado Gaspar Clemente.